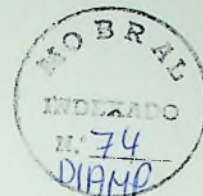


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA — MEC
SECRETARIA DE ENSINO DE 1º e 2º GRAUS — SEPS
FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO — MOBIL
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS EDUCACIONAIS — DEEST
DIVISÃO DE PESQUISA — DIPES



DOCUMENTO SÍNTESE DO PROJETO: — "EDUCAÇÃO PARTICIPATIVA: UMA
ALTERNATIVA PARA O NORDESTE"

(Período: Junho de 1983 a Agosto de 1985)

Maria Pellegrini
Regina Avelar

Agosto / 1985

PROJETO "EDUCAÇÃO PARTICIPATIVA — UMA ALTERNATIVA PARA A REGIÃO NORDESTE"

I. O PROCESSO DE CONCEPÇÃO E ELABORAÇÃO

A origem mais remota do projeto encontra apoio na dificuldade crescente, percebida pelas Coordenações do Nordeste, de desenvolvimento de propostas educativas, emanadas quer do MOBRAL Central, quer das próprias Coordenações. As razões de tais dificuldades, percebiam também estas Coordenações, deviam-se a distância existente entre as propostas educativas e as práticas de vida das populações com que se trabalha.

Com tais percepções e preocupações, as Coordenações em questão fizeram realizar em Fortaleza, no período de 31 de maio a 10 de junho de 1983 o Seminário "Discutindo o Nordeste", ocasião em que se expressaram e se confrontaram os pensamentos das comunidades de base, do Estado, de organismos de desenvolvimento social e da comunidade acadêmica. Ratificando as percepções das Coordenações do Nordeste, a área educacional encontrou, neste Seminário, momentos de crítica bastante radical, quando se enfatizou a precária ou quase nula relação existente entre as práticas educativas, vigentes na Região, o mundo do trabalho e a organização social, familiar e comunitária. Em oposição a esta dissociação, foi evidenciada a necessidade de uma revisão de tais propostas e práticas, de modo a incorporarem e apontarem para uma pedagogia transformadora, orientada por metodologias mais participativas.

Tendo como referencial as sugestões apontadas durante o Seminário, as Coordenações do Nordeste elaboraram o Projeto "Educação Participativa", que, inicialmente, se propunha a atingir 45 localidades (35 em áreas rurais e 10 em periferias urbanas), distribuídas pelos 9 Estados da Região.

Previsto para ser desenvolvido no período de 2 anos, o projeto foi orçado em Cr\$ 1.191.712.078,00 (um bilhão, cento e noventa e um milhões, setecentos e doze mil e setenta e oito cruzeiros) —

incluídos custos indiretos. A limitação institucional de recursos financeiros, no entanto, trouxe como consequência direta uma redução da área de abrangência do projeto. Ao mesmo tempo, por propor uma metodologia nova no contexto da Organização, considerou-se também como boa medida transformá-lo em um projeto experimental, de modo que fosse testado naqueles Estados onde as Coordenações se mostravam mais receptivas e com equipes técnicas mais capacitadas para desenvolvê-lo. Assim, os 9 (nove) Estados iniciais cederam lugar a apenas 4 (quatro): Piauí, Ceará, Pernambuco e Sergipe. Neste sentido, o projeto passou a atingir 2 (duas) localidades de periferia urbana e 5 (cinco) de zona rural.

As equipes técnicas se estruturaram em GTs assim constituídos:

COORD PI: — Área de Trabalho: localidade de Vertentes/
Município de Piripiri.
GT: 2 técnicos

COORD CE: — Áreas de Trabalho:

- . localidade de São Miguel/Distrito de Quixaramobim;
GT: 2 técnicos
- . localidade: Favela do Trilho/Periferia de Fortaleza
GT: 3 técnicos e 4 estagiários do Projeto RONDON.
Áreas: Ciências Sociais (2); Filosofia (1);
Medicina (1).

Observação: quando necessário componentes da equipe de estagiários integram a equipe de São Miguel geralmente nos períodos de férias e fins de semana.

COORD PE: — Áreas de Trabalho:

- . localidade de Guadalajara/Distrito do Município de Pau d'Alho.
GT: 3 técnicos e 1 estagiário: área de Ciências Sociais
- . localidade: Azeitona/Periferia de Olinda
GT: 2 técnicos e 1 estagiário: área de Ciências Sociais.

COORD SE: — Áreas de Trabalho:

. localidade: Cardoso/Distrito do Município de São Cristovão

GT: 2 técnicos e 1 estagiário: área de Pedagogia.

. localidade: Saúde/Distrito de Neópolis

GT: 3 técnicos e 1 estagiário: área de Serviço Social

Os GT têm dedicação exclusiva ao Projeto.

Os custos diretos em 1984 atingiram o limite estipulado pela Organização — Cr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros).

II. OS OBJETIVOS

1. Geral

Desenvolver, de forma experimental, uma proposta educativa orientada pela metodologia da pesquisa-ação.

2. Específicos

2.1 Incorporar aspectos da metodologia adotada em outras ações desenvolvidas pela Instituição.

2.2 Gerar, de forma participativa, processos de capacitação dos recursos humanos envolvidos nas ações educativas do MOBRAL.

2.3 Desenvolver com a população envolvida, a capacidade de produzir materiais didáticos e/ou informativos, pertinentes com a problemática captada/apontada durante a realização da pesquisa.

2.4 Gerar, de forma participativa, planos de ação pedagógica, voltados para a transformação da realidade imediata da população.

III. O REFERENCIAL METODOLÓGICO

O projeto tem como referencial a metodologia da pesquisa-ação — prática pedagógica, onde investigação e ação educativa se interpenetram e se complementam numa relação dialética.

Embora formando uma unidade coerente e coesa, a metodologia prevê três momentos distintos:

1 - Investigação propriamente dita — momento em que se realiza a coleta de dados sobre a realidade a ser trabalhada, com vistas a conhecer os processos objetivos e ao mesmo tempo captar as percepções da população sobre tais processos de realidade.

2 - Tematização — momento em que se distinguem os passos seguintes:

a) teorização — análise dos dados coletados sobre os processos objetivos da realidade. Tal análise privilegia a inserção da população no modo de produção como fator explicativo dessa realidade;

b) tematização — análise das percepções da população sobre os processos da realidade e confronto destas percepções com o material teorizado. Este processo dá origem à organização dos temas mais presentes na percepção da população, gerando assim a temática do programa pedagógico;

c) programa pedagógico — organização pedagógica dos temas a serem trabalhados com a população, com vistas à superação de uma percepção fragmentada da realidade. Esta organização pressupõe uma ordenação que vai do mais simples ao mais complexo; do concreto sensível ao abstrato; do que já foi compreendido ao que não foi ainda compreendido; do elemento que já está presente na percepção ao que se encontra ainda ausente.

3 - Programa-Ação — momento em que coletivamente são elaborados os projetos de ação. Ressalta-se que tal elaboração tem como apoio o trabalho desenvolvido durante o programa pedagógico.

Embora, didaticamente, colocados como momentos que se seguem, numa ordem sucessiva, deve-se frisar que não se caracterizam como momentos estanques. Pelo contrário, se relacionam, se interpenetram e se repetem em patamares sucessivos de aperfeiçoamento, amadurecimento e compreensão, dado que a pesquisa-ação não se constitui em uma lógica pronta e acabada, mas que se constrói dialeticamente através de processos de inserção de uma teoria em uma prática social em determinado contexto da realidade.

IV. O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

1 - Processo de formação das equipes

Na seqüência metodológica da Pesquisa-Ação, o processo de formação das equipes técnicas, que constituem os GT do projeto nas Coordenações dos Estados de Sergipe, Pernambuco, Ceará e Piauí, vem se desenvolvendo também de forma metódica e rigorosa.

Balisado por referenciais teóricos e metodológicos de uma pedagogia participativa, este processo contou desde seu início com a consultoria do Dr. João Bosco Pinto e de sua Assistente Professora Laura Suzana Arrazolo, co-autores da Metodologia da Pesquisa-Ação. Esta consultoria foi dada a cada equipe do Projeto no espaço de sua Coordenação, numa média de 48 horas mensais, no período de janeiro de 84 a julho de 85 e nos Encontros Trimestrais de Capacitação, numa média de 60 horas/ Encontro.

Complementando o trabalho da Consultoria, o MOBREAL Central, através do DEEST/DIPES, vem oferecendo uma Cooperação Técnica ao Projeto, pelas Técnicas Regina Avelar e Maria Pellegrini. Este trabalho tem por característica o fato de que os técnicos, a exemplo dos GT, estão também eles se capacitando na metodologia e ao mesmo tempo, junto aos GT do Projeto, buscando modos de irradiação dos conhecimentos produzidos na prática da Pesquisa-Ação para a prática educativa da Instituição, quer no espaço das COORD quer no do MOBREAL Central.

Este processo de Cooperação Técnica teve início no primeiro

semestre de 84 com uma periodicidade bimestral, com uma média de 80 horas.

A partir de orientações do Consultor, ao longo deste período, foi-se estabelecendo nas equipes um processo de auto-formação e de reflexão conjunta dentro da especificidade e dinâmica de cada GT. Tal processo tem permitido integrar gradativamente as diferentes percepções, experiências e orientações teóricas, numa visão coerente no que se refere às áreas teóricas substantivas e aos próprios métodos da pesquisa, aplicados em cada momento da sequência metodológica.

Congruentemente com os princípios que orientam uma pedagogia participativa, cada equipe vem planejando a sua própria formação numa perspectiva auto-gestionária. As técnicas utilizadas para se conseguir este objetivo têm sido em suas grandes linhas aquelas propostas pela consultoria:

- exposição da Consultoria e de especialistas sobre os aspectos mais difíceis da teoria social e da epistemologia;
- leituras em grupo, seguidas de discussão e aclaração de conceitos;
- dinâmica de grupos que permita a cada qual exteriorizar sua experiência e sua visão de mundo;
- crítica permanente de atitudes e comportamentos que podem ter um impacto negativo na ação;
- exercícios metodológicos que ensinam a fazer, fazendo;
- a aplicação efetiva da teoria apropriada pelas equipes na própria prática da Pesquisa-Ação.

Na perspectiva auto-gestionária do processo de capacitação das equipes do Projeto, este momento se caracteriza também por uma maior autonomia dos GT frente à ausência da Consultoria. O Professor João Bosco Pinto a partir de julho desvinculou-se do Projeto, por ter de se ausentar do País à convite da Universidade

de Gulph Ottawa — Canadá, onde deverá como professor visitante, ministrar um Curso sobre a Metodologia da Pesquisa-Ação, no período Agosto-Dezembro do corrente ano.

A partir de um sentimento de perda vivenciado pelos grupos, mais do que natural, considerando a competência e empenho com que a Consultoria desenvolveu o seu trabalho, vale observar que esta ausência, já processada pelas Equipes, durante o VI Encontro de Capacitação — Julho/85 — encontra os GT de um modo geral bastante seguros quanto ao trabalho a ser desenvolvido. Em contrapartida deverá ser acentuado o trabalho de cooperação técnica pelo DEEST/DIPES, sem que com isto os técnicos nela envolvidos se proponham a assumir o papel do Consultor.

2 - Posição Atual do Projeto

Após ano e meio de trabalho sistemático, onde foram vivenciados na prática de cada GT não apenas os modos de apreender a realidade (momento investigativo), como também os modos de interpretá-la (momentos de tematização e teorização) o Projeto entra agora na última fase da Metodologia, ou seja, a da elaboração do Programa Pedagógico e do programa-ação. Vale observar que o mesmo rigor exigido nos momentos anteriores se aplica à prática educativa vivenciada neste momento, que se define como uma prática social onde a população passa a se utilizar dos conhecimentos adquiridos para elaborar a sua prática transformadora.

Ao alcançar esta fase, os GT, embora não de maneira uniforme, já se encontram bastante familiarizados com o manejo de um instrumental teórico-referenciais teóricos e metodológicos e categorias de análise da realidade social —, bem como um domínio das técnicas próprias da Pesquisa-Ação: fichas de descoberta, círculo de pesquisa, modos de produzir as reduções teóricas e temáticas etc. Como decorrência percebe-se em cada equipe processos bastante significativos não apenas de produção de um conhecimento mais totalizante das realidades específicas, nas quais se insere a nova prática, como também um progressivo entrosamento e comprometimento com a população junto a qual

essa prática se exerce.

A seriedade e o empenho com que este trabalho vem se processando se reflete na práxis de cada GT. Considerando as especificidades e ritmos próprios de cada equipe, esta práxis vem se construindo, quer através de uma teoria explicativa da realidade social, quer na aplicação das categorias, conceitos e instrumentais de análise necessários para a compreensão da sociedade concreta, na qual cada equipe realiza sua prática.

Por outro lado, há que se considerar as diferenças na formação técnica/acadêmica dos componentes de cada GT, bem como os modos de perceber/trabalhar a realidade: uns mais especulativos e questionadores, outros mais pragmáticos, privilegiando a objetividade e ações mais imediatas.

Nesse sentido, vale ressaltar a importância da prática educativa vivenciada no interior de cada equipe, (ocasionalmente com a participação da Consultoria ou da Cooperação Técnica), quando, através de processos dinâmicos e de vigilância crítica, se desocultam as dificuldades dos seus componentes em lidar com o pensamento divergente e com as crispções surgidas entre seus membros. Ao processar tais dificuldades, as equipes vêm evitando na maioria das vezes, a polarização de posições, que de modo tão negativo interferem na produção intelectual.

Em contrapartida, os técnicos passam a vivenciar práticas de transparência, generosidade e acolhimento do outro mais coerente com os modos participativos nos processos de construção do conhecimento.

V - A INSERÇÃO DO PROJETO NO ESPAÇO INSTITUCIONAL: LIMITES E VIRTUALIDADES

1. Limites do Projeto

Uma análise crítica do Projeto, não pode desprezar as variáveis de tempo, espaço e alocação de recursos humanos e financeiros determinadas pela prática da metodologia de pesquisa-ação. Tal

prática como foi vista anteriormente, orienta-se por referenciais teóricos e metodológicos que vão exigir do técnico um rigor científico aliado a uma competência técnica nos modos de se trabalhar criativamente o espaço institucional. A categoria da contradição, sempre presente, mas muitas vezes pouco visível em Instituições como o MOBRAL, como que passa a adquirir para o técnico uma maior transparência. Esta transparência parece resultar de uma teoria já suficientemente metabolizada, o que vai lhe permitir, no exercício de sua prática, perceber com maior clareza aqueles traços mais significativos da cultura da Organização. E é a partir da construção e reconstrução dessas percepções que o técnico no seio da Instituição reavalia e redefine a sua prática comprometida com um trabalho mais próximo da população.

Nesse sentido é que as variáveis de tempo, espaço e alocação de recursos no Projeto, como que contradizem aquelas presentes na prática da Instituição, que se orienta para um trabalho educativo voltado para o atingimento de grandes números, a curto espaço de tempo, em um país de dimensão continental e com alocação de recursos humanos e financeiros relativamente escassos frente à abrangência de suas propostas.

Dimensionado como um projeto experimental, sua inserção no espaço técnico administrativo das Coordenações e do MOBRAL Central vem se processando com alguma dificuldade. Dificuldade esta mais visível durante o seu primeiro ano de trabalho. A singularidade do projeto aparecia neste primeiro momento com bastante nitidez, quer no processo de capacitação dos GT, quer no modo de socializar, para o corpo técnico, os resultados obtidos na sua prática junto à população.

Em uma Instituição como o MOBRAL, que tem na rapidez e urgência com que desenvolve sua prática educativa um dos traços mais significativos da sua cultura organizacional, a prática do Projeto se desenvolve ao longo de um tempo que lhe é próprio enquanto determinado pela sequência metodológica da Pesquisa-Ação. Por conseguinte é bastante procedente e compreensível um "estranhamento", — no sentido antropológico — e até mesmo uma certa "rejeição" da área técnica e administrativa ao se

defrontar com uma proposta de trabalho tão diferente de sua prática usual. Por outro lado, há que se considerar as dificuldades vivenciadas pelos componentes dos GT, muito envolvidos na difícil tarefa de apropriação de uma teoria bastante complexa de interpretação da realidade social e das peculiaridades de uma metodologia para trabalhá-la. Esta situação provocou no interior das equipes um certo "distanciamento" do corpo técnico e pouca "disponibilidade" para construir as pontes e sinalizações da prática do Projeto para a prática das Coordenações.

No que se refere ao espaço administrativo, o longo tempo de permanência das equipes nas localidades, principalmente no momento investigativo — fato inédito na prática educativa do MOBRAL — passou a exigir uma alocação de recursos financeiros e materiais e um apoio logístico bem maior do que aqueles destinados à implantação dos demais programas e projetos da Instituição. No entanto, este custo operacional foi sempre relativizado frente ao custo muito maior, decorrente de uma dedicação exclusiva de um número significativo de técnicos das Coordenações ao Projeto. Em Coordenações onde os recursos humanos são sempre escassos, frente à dimensão do trabalho a ser realizado, este critério de exclusividade era interpretado muitas vezes como um verdadeiro privilégio.

No espaço técnico e administrativo do MOBRAL Central, a singularidade do Projeto criava certas dificuldades no processo de administrá-lo. Concebido à luz da proposta de descentralização, com uma coordenação assumida por um dos representantes do Comitê do Nordeste — Coordenadora do Ceará — o Projeto adquiria uma grande visibilidade no Central, naqueles momentos de sua redefinição ou quando da realização dos encontros trimestrais de capacitação. As sucessivas contratações da Consultoria e as negociações, entre o MOBRAL Central e Coordenações, dos recursos materiais e financeiros a serem alocados por ocasião da programação e reprogramação financeira, eram também fatores que interferiam na fluidez do Projeto.

Vale observar que em uma organização, orientada ao longo de

muitos anos por uma prática centralizadora, não é fácil criar novas alternativas de uma administração mais descentralizada, orientada por princípios mais próximos da co-gestão, principalmente na administração dos recursos financeiros.

Na área técnica, o processo de irradiação do Projeto de Educação Participativa e da Metodologia da Pesquisa-Ação estava condicionado à produção dos GT e somente a partir do primeiro semestre do corrente ano foi possível dar início a uma sequência de exposições, que deverão abrir espaços não apenas para uma análise crítica do mesmo como para uma apropriação mais efetiva da sua produção pelo corpo técnico dos Departamentos — especialmente DEEST e DEOPE.

2 - Virtualidades

Apesar de algumas dificuldades inerentes a qualquer Projeto dessa natureza, é mister reconhecer que a Pesquisa-Ação tem avançado muito enquanto processo de prática, já começando a mostrar seus resultados, tanto como produtos utilizáveis institucionalmente, quanto no efeito que começa a ter na própria prática institucional do MOBREAL.

A Pesquisa-Ação está se afirmando como prática das equipes e entra agora em uma fase crucial, que é a de elaboração do Programa Pedagógico, onde será possível ver com maior clareza a produção de materiais didáticos, que com tanta urgência se solicitou do Projeto de Educação Participativa. Ao alcançar este momento, as equipes, embora não de maneira uniforme, já começam a familiarizar-se com o manejo de instrumentos teóricos (conceitos/teorias) e com as técnicas próprias da Pesquisa-Ação (fichas de descoberta, círculos de pesquisa, teorização, tematização e círculos de estudo com a população).

Seus produtos já estão influenciando a execução dos programas tradicionais do MOBREAL: Programa de Alfabetização Funcional — PAF; Programa de Educação Integrada — PEI; Planejamento Participativo e na própria Metodologia de Educação Comunitária, proposta pela Instituição. Também nos processos de capacitação

do corpo técnico das Coordenações, do Subsistema de Supervisão e de algumas Comissões Municipais e membros de administração naqueles municípios onde o Projeto vem se desenvolvendo, sua contribuição tem sido bastante expressiva.

Verifica-se nestas Coordenações um movimento de maior aceitação do trabalho desenvolvido pelo Projeto à medida que também elas estão vivenciando um processo crítico e comprometido em modificar a sua própria prática à luz de uma metodologia mais participativa.

A partir do momento em que os GT, com as suas especificidades e no seu próprio ritmo, passaram a se sentir mais seguras na sua prática, foi se dando também uma irradiação da produção do Projeto para a área técnica e administrativa, o que a nosso ver só tende a beneficiar a ambos, melhorando substancialmente a prática educativa do MOBREAL e sua eficácia como órgão preocupado com educação de adultos.

Finalmente, a vivência das equipes no seu trabalho junto à população, quer na zona rural, quer na periferia urbana — vivência essa embasada por referenciais teóricos já bastante assimilados — vem apresentando, como resultante, uma visão mais crítica e consistente dessa realidade e um modo de conhecimento menos ingênuo das variáveis sócio-econômicas e culturais que determinam os modos de produção da existência da população de baixa renda. Julgamos que tal conhecimento só pode reverter em resultados mais eficazes nos trabalhos educativos do MOBREAL junto à população.

O Projeto deverá terminar sua fase experimental com o término da elaboração do Programa Pedagógico e do programa-ação. Sua continuidade se reveste da maior importância, uma vez que é neste período que a Instituição começará a colher os resultados do investimento feito até agora.

Ao encaminharmos este Documento Síntese sobre o Projeto às diferentes instâncias do MOBREAL: PRESI, SEXEC, Chefias dos Departamentos, COREG, Coordenadores e GTs daqueles Estados onde

o Projeto vem se desenvolvendo, o nosso objetivo é de torná-lo melhor conhecido para poder ser analisado criticamente, considerando-se aí não apenas a possibilidade de sua continuidade, como também em que modalidades ela deverá ser feita.

Abrindo-se este espaço de discussão do Projeto no seio da Instituição, a nossa proposta é de simultaneamente dar continuidade, de forma mais sistemática, à irradiação para a prática educativa do MOBRAL Central e das COORD dos conteúdos já produzidos pela prática do Projeto nesta sua fase experimental. Consideramos que de início as áreas de capacitação e produção de material didático poderão ser bastante enriquecidas com a apropriação desses conteúdos. O Documento: "Educação Participativa — uma alternativa para a Região Nordeste" — proposta de trabalho para o período agosto/85 a janeiro/86 — DEEST/DIPES (em anexo), poderá melhor esclarecer as grandes linhas desta proposta de abertura de espaço para uma discussão crítica e conseqüente no interior da Instituição MOBRAL.

EDUCAÇÃO PARTICIPATIVA — UMA ALTERNATIVA PARA A REGIÃO NORDESTE

Proposta de trabalho — período agosto/85 a janeiro/86

Considerando:

- . o término da consultoria dada ao Projeto pelo Prof. João Bosco Pinto e conseqüentemente a necessidade de intensificação dos trabalhos de cooperação técnica, quer seja de forma direta, quer de forma indireta, através de correspondência;
- . a necessidade de sistematização da experiência, por cada uma das equipes estaduais e pelo próprio MOBRAL Central/DEEST/DIPES;
- . a necessidade de irradiação, no contexto do MOBRAL, da metodologia/prática da pesquisa-ação com vistas à incorporação/aproveitamento de alguns de seus aspectos em projetos de capacitação, de elaboração de material didático etc;
- . a possibilidade de irradiação do projeto de Educação Participativa, no espaço da COORD/RJ-Sul;
- . a necessidade de preparação do VII Encontro de Capacitação, a ser realizado em dezembro/85, sob a coordenação do DEEST/DIPES, uma vez que, frente ao término da consultoria do Prof. João Bosco Pinto, as equipes estaduais delegaram ao MOBRAL Central - DEEST/DIPES o papel de coordenador/articulador do projeto.

Submetemos à apreciação desta chefia a proposta/cronograma de trabalho abaixo.

1. Viagem para cooperação técnica:

- Maria Pelegrini: 27/09 a 06/10 (COORD/Ceará e Pernambuco)
- Regina Avelar: outubro (COORD/Sergipe e Piauí)

2. Articulação/participação no VII Encontro de Capacitação a ser realizado em dezembro/85, objetivando:

- . avaliação dos trabalhos desenvolvidos - programas pedagógico e

planos de ação;

- . aprofundamento das discussões sobre a elaboração dos estudos de caso e do processo de avaliação do projeto e programa pedagógico/planos de ação.

3. Elaboração do relatório final, objetivando a sistematização da experiência, sob um enfoque processual e analítico. Tal relatório deverá, em princípio, contemplar os seguintes aspectos:

- . processo de concepção, elaboração e redefinição do projeto;
- . inserção do projeto no espaço institucional;
- . o processo de (auto) capacitação dos recursos humanos envolvidos: o papel da consultoria, da cooperação técnica e os Encontros de Capacitação (1)

— Período de elaboração: outubro/85 a junho/86.

4. A difusão do projeto em nível de MOBRAL Central deverá se desenvolver em três momentos:

4.1 Elaboração de um documento-síntese objetivando informar ao PRESI, SEXEC e chefias de Departamentos a natureza do projeto. Neste sentido o documento em questão abordará os seguintes aspectos:

- . histórico da concepção, elaboração e redefinição do projeto;
- . referenciais teóricos e metodológicos;
- . prática educativa.

— Período de elaboração: 12 a 16/08

4.2 O documento acima deverá preparar uma reunião para discussão do projeto, a ser realizada com a participação de

(1) A sistematização da experiência de cada equipe estadual deverá ser trabalhada, numa perspectiva de estudo de caso, por cada uma das equipes.

técnicos do DEEST, DEOPE, ASPLA, ARTEC e SEXEC.

— Dia da reunião: 26/09

4.3 A partir de um melhor conhecimento, por parte dos técnicos, da proposta educativa presente no projeto, deverá ser formado um GT, com a participação de técnicos dos diferentes Departamentos, com vistas a um aprofundamento da análise crítica do projeto e aproveitamento/incorporação de alguns de seus aspectos à prática institucional.

4.4 Os resultados dos trabalhos do GT deverão ser levados à uma discussão mais ampla, no contexto de um Fórum.

— Data a ser determinada junto à DIHUM.